

AValiação DOS CONFLITOS E RISCOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA DISPOSIÇÃO INADEQUADA DA BACIA DE REJEITO DE CHUMBO NO MUNICÍPIO DE BOQUIRA, BAHIA, BRASIL.

Sousa, C.C.S.N.¹; Santana, T.C.S.¹; Góes, D.G.M.¹; Ferreira, L.L.¹; Anjos, J.A.S.A.¹

¹Universidade Federal da Bahia

RESUMO: O município de Boquira, localizado no semiárido centro-sul baiano, conviveu nas décadas de 50 a 80 com ascensão econômica decorrente da mineração de Chumbo (Pb), Zinco (Zn) e Prata (Ag). Entretanto, o município é marcado por uma relevante degradação ambiental decorrente da inexistência do processo legal de fechamento de mina, configurando o abandono do empreendimento em 1989. Este trabalho tem como objetivo avaliar os conflitos ambientais relacionados ao uso e ocupação de solo na área de estudo, assim como discutir os riscos físicos e químicos associados. O método de estudo fundamentou-se na obtenção de dados secundários por meio de ampla pesquisa bibliográfica, seguida pela aquisição de dados em pesquisa de campo. A inadequada disposição do rejeito resultante do beneficiamento de Pb deixou como herança para o município de Boquira um dos maiores passivos ambientais em área urbana do Brasil. Os conflitos ambientais decorrem do uso e ocupação inadequados do solo, proveniente da instalação da bacia de rejeito de chumbo a menos de 40 metros da vila operária da mineração, da expansão urbana não planejada com a instalação de moradias e pequenas propriedades rurais em seu entorno, além da disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos (lixão) sobre a bacia. Todos esses fatos são decorrentes da falta de planejamento, tendo em vista a inexistência do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aliado à falta do projeto de fechamento de mina, na época ainda não regulamentado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), das licenças de operação e desativação desenvolvidas em 1986, apenas três anos antes do abandono da mineração, pelo órgão ambiental estadual, na época, o Centro de Recursos Minerais e da não implementação do Plano de Resíduos Sólidos Urbanos (PRSU). A implantação do lixão sobre a bacia objetivou aproveitar a área já degradada, evitando a deterioração de uma nova área; entretanto, queimadas para a separação do lixo realizadas sobre a bacia liberam ao ar compostos oriundos dos metais pesados, representando risco à saúde dos catadores de lixo e da população, além dos conflitos socioeconômicos gerados com os catadores. No entorno da bacia de rejeito foi constatada a ocorrência de atividades de pastoreio e plantações de milho, palmas e gramíneas totalmente expostas à contaminação pelos resíduos tóxicos. Quanto aos riscos físicos da bacia de rejeito, esta apresenta processos erosivos significativos (ravinas e voçorocas), devido à alta declividade dos taludes, granulometria do material (silte e argila) e precipitação pluviométrica com grande intensidade em curto tempo, provocando impactos ambientais como contaminação dos mananciais, do solo e do ar. Conclui-se que a ausência de um PDDU e a não aplicação do PRSU para a cidade de Boquira e de um processo legal de fechamento e desativação das minas pelos órgãos competentes (DNPM e INEMA) são os responsáveis pelos danos ambientais caracterizados. Através desse trabalho, constatou-se que o município sofre relevantes consequências da mineração, tornando-se fundamental a realização de estudos ambientais específicos acerca dos passivos existentes para amenizar os conflitos, impactos e riscos causados, além de prestar a assistência devida à saúde da população.

PALAVRAS-CHAVE: BOQUIRA, MINERAÇÃO, PASSIVO AMBIENTAL.